



PREFEITURA MUNICIPAL
RIO REAL
ESTADO DA BAHIA

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO REAL/BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 092/2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA-SESAB/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES-BA E O MUNICÍPIO DE RIO REAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.



SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	3
2.	DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4.	DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8.	DOS RECURSOS	13
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
11.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO REAL**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 15.088.800/0001-83, com sede na Rua Ruy Barbosa, S/N, Município de Rio Real, Bahia, CEP: 48.330-000, por intermédio do seu Agente de Contratação Oficial, designado pelo Decreto nº 145/2026, de 22 de janeiro de 2026, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço**, critério de julgamento **menor valor global**, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme constante no **Processo Administrativo nº 220/2026**, dentro das especificações constantes neste Edital e seus Anexos. O processo será regido pelas disposições legais e condições estabelecidas no presente Edital, pela Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06, Decreto Municipal nº 020, de 17 de fevereiro de 2023, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e pelas normas e condições fixadas neste Instrumento Convocatório.

O Edital está disponível no site: <https://www.licitanet.com.br/>
Modo de disputa: **Aberto**
Recebimento das propostas: **das 10h00min do dia 20/05/2026 às 10h00min do dia 02/06/2026 (Horário de Brasília).**
Abertura das propostas: **às 10h10min do dia 02/06/2026 (Horário de Brasília).**
Início da sessão pública: **às 10h10min do dia 02/06/2026 (Horário de Brasília).**

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a escolha da proposta mais vantajosa objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO REAL/BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 092/2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA-SESAB/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES-BA E O MUNICÍPIO DE RIO REAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantitativos constantes deste edital.
- 1.2. **O critério de julgamento adotado será o menor preço global**, considerado o menor dispêndio, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. DA INVERSÃO DE FASES

- 1.3.1. Em razão da complexidade do objeto, do vulto do empreendimento, da execução em ambiente hospitalar ativo e da necessidade de maior controle sobre a aptidão real dos licitantes, o certame adotará inversão de fases.
- 1.3.2. A inversão de fases não constitui limitação artificial da competição, mas mecanismo de governança procedimental voltado à racionalização do certame, à filtragem de licitantes efetivamente aptos e à mitigação do risco de participação especulativa ou materialmente incapaz de executar o objeto.
- 1.3.3. O fluxo procedimental observará, em síntese, a seguinte ordem: credenciamento; apresentação das propostas; verificação da garantia de proposta; exame da habilitação do universo de licitantes; participação na fase competitiva apenas dos licitantes considerados aptos; julgamento das propostas; análise de exequibilidade, quando cabível; negociação; adjudicação; e homologação.

1.4 GARANTIA DE PROPOSTA:

- 1.4.1 **Será exigida garantia de proposta, como requisito de participação, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, em qualquer das modalidades legalmente admitidas.**
- 1.4.2. **A comprovação do recolhimento da garantia de proposta deverá ser apresentada eletronicamente juntamente com a proposta inicial, disponibilizado através da plataforma LICITANET – www.licitanet.com.br.**
- 1.4.3. **A garantia da proposta poderá, por opção da proponente, ser prestada por meio das seguintes modalidades, conforme §1º, do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021:**
- A) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.**



B) Seguro-garantia.

C) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

D) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

1.4.4. A garantia da proposta deverá ter prazo mínimo de vigência (validade) de 3 (TRÊS) meses, a contar da data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação imediata da PROPOSTA DE PREÇO.

1.4.5. Cabe ao Agente de Contratação e equipe de apoio analisar a regularidade e efetividade das garantias das propostas.

1.4.6. As proponentes deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da garantia da proposta.

1.4.7. No caso de caução em dinheiro, a garantia da proposta deverá ser prestada em moeda corrente nacional por meio de depósito identificado, em conta bancária de titularidade do órgão licitante a seguir indicada, devendo a descrição, no documento comprobatório do depósito, constar o número e ano da licitação a que se refere a garantia. Segue:

Banco do Brasil

Ag.:1288-2

Conta corrente: 4080-0

14.8. A garantia de proposta apresentada na forma de fiança bancária deverá ser contratada junto a instituições bancárias que cumpram os requisitos e as demais exigências para sua regular atuação, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

1.4.9. Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada na modalidade de Seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora nacional, ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia.

1.4.10. Caso a garantia de proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as disposições editalícias, inclusive cláusulas limitadoras ou de isenção de responsabilidade, deverá a proponente apresentar endosso, emitido pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente licitação, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas neste documento.

1.4.11. Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada em títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

1.4.12. Encerrada a licitação, as garantias das propostas de cada proponente e da adjudicatária serão devolvidas em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme previsto no §2º, do art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.13. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas proponentes em decorrência de sua participação na licitação dará causa à execução da garantia da proposta, mediante notificação pelo órgão licitante à proponente inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste documento, ou na legislação aplicável.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao LICITANET, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

2.2. A presente licitação será destinada à **Ampla Participação**.

2.3. Não poderão participar da licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja



cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.1. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.12.3.1 e 2.3.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto nos itens 2.3.1 e 2.3.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.3. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, <https://www.licitanet.com.br/> a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.5. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos deste Edital.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega



menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. **[NÃO APLICÁVEL]**

3.8. **Considerando que a presente contratação possui valor estimado superior ao limite legal de receita bruta para enquadramento com fruição do tratamento favorecido, não se aplicam a este certame os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, permanecendo assegurada a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em regime de ampla concorrência, sem fruição dos benefícios específicos.**

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021. **[NÃO APLICÁVEL]**

3.9.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; **[NÃO APLICÁVEL]**

3.9.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa. **[NÃO APLICÁVEL]**

3.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.8.1 ou 3.8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



4. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 4.3. **A proposta de preço deverá ser enviada até a data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante a opção “acesso identificado”, através da digitação da senha de identificação do licitante.**
- 4.4. O licitante deverá clicar na opção “oferecer proposta” e preencher o formulário eletrônico apresentado na tela com os dados pertinentes à sua proposta de preços.
- 4.5. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá, obrigatoriamente, mencionar, no campo “INFORMAÇÕES ADICIONAIS”, as ESPECIFICAÇÕES, CARACTERÍSTICAS, quando for o caso, dos produtos ofertados.
- 4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.6.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.7. O não preenchimento do campo referido no item anterior, implicará na desclassificação da empresa licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 4.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.12.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.12.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.14. **Serão desclassificadas as propostas que consignem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.**
- 4.14.1. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizam motivo suficiente para a desclassificação da proposta.
- 4.14.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do Artigo 59, inc. IV e §2º, da Lei nº. 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 4.15. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.



4.16. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição unitária de cada item do orçamento sintético, composição do BDI, composição dos encargos sociais e inclusive abranger todas as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e, demais despesas inerentes a execução do objeto em questão.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.3. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.
- 5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**
- 5.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem final de classificação.
- 5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores



dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramentodeste prazo.

5.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores. **[NÃO APLICÁVEL]**

- 5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações. **[NÃO APLICÁVEL]**

5.15.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. **[NÃO APLICÁVEL]**
- 5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado



sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado. **[NÃO APLICÁVE]**

5.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- 5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 5.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.3. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento



similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.6. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.1 e

3.8 deste edital. : **[NÃO APLICÁVEL]**

6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022. : **[NÃO APLICÁVEL]**

6.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração: **[NÃO APLICÁVEL]**

6.9.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

6.9.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.1. conter vícios insanáveis;

6.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. **[NÃO APLICÁVEL]**

6.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

6.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado; **[NÃO APLICÁVEL]**

6.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.12.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da



proposta.

6.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual. **[NÃO APLICÁVEL]**

6.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta. **[NÃO APLICÁVEL]**

6.17.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.17.5. Não será admitida, após a abertura da sessão, a inclusão de documentos de habilitação jurídica não anteriormente apresentados, ressalvadas apenas as hipóteses legalmente cabíveis de diligência para esclarecimento, complementação de informação preexistente ou atualização de documento cuja validade tenha expirado após a data própria, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



PREFEITURA MUNICIPAL
RIO REAL
ESTADO DA BAHIA

- 7.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública do Município de RIO REAL, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. **[NÃO APLICÁVEL]**
- 7.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.12.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.14. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.14.1. **Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.**
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, no prazo de 03 (três) horas.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja



proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5. fraudar a licitação
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial



quando:

- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.2, 9.1.29.1.2 e 9.1.39.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de RIO REAL, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do Portal da LICITANET.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município:

0801- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2046- REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

ELEMENTO 449051

FONTE 5001002/ 6000/ 601000

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e

endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

12.11.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – PLANILHAS E DEMAIS DOCUMENTOS

12.11.2. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

12.11.3. ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

12.11.4. ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

12.11.5. ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS(MODELO)

12.11.6. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

12.11.7. ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

12.11.8. ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

12.11.9. ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

12.11.10. ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.11.11. ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA.

12.11.12. ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

Rio Real/Ba, 15 de maio de 2026

Evaldo Almeida Moraes
Secretario Mun. de Obras e Serviços Urbanos

Márcio Barbosa dos Santos
Engenheiro Responsável
CREA/BA 051875274-7

André Luiz Ribeiro dos Santos
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA / HABILITAÇÃO / PROJETO BÁSICO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO REAL/BA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1. O presente Anexo II consolida, em instrumento único e vinculante, o Termo de Referência, a disciplina de Habilitação e o Projeto Básico da contratação destinada à execução da obra de engenharia de reforma e ampliação do Hospital Municipal de Rio Real/BA, a ser processada na modalidade concorrência eletrônica, em regime de empreitada por preço unitário, com prazo de execução de 18 (dezoito) meses.

1.2. Integram a base técnica e administrativa da presente contratação o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Relatório de Compatibilização Técnico-Orçamentária, a Nota Técnica de Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica, a Nota Técnico-Contábil da Qualificação Econômico-Financeira, o Protocolo Técnico-Operacional de Execução em Hospital em Funcionamento, a Nota Técnica de Modelagem da Contratação, o Anexo I – Descritivo Técnico, o projeto arquitetônico, o memorial descritivo, o orçamento sintético, o orçamento analítico, o memorial de cálculo, as curvas ABC, o cronograma físico-financeiro e a matriz de riscos.

1.3. Todos os documentos da fase preparatória deverão ser interpretados de forma sistemática e coerente, prevalecendo a leitura que preserve a funcionalidade hospitalar do empreendimento, a segurança assistencial, a suficiência técnica do objeto, a objetividade do julgamento e a adequada alocação de riscos.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da futura contratação a execução de obra de engenharia destinada à reforma e ampliação do Hospital Municipal de Rio Real/BA, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, administração local, instalações provisórias, mobilização, desmobilização, testes, comissionamentos, documentação técnica final e todos os demais meios necessários à entrega integral e funcional do empreendimento.

2.2. A contratação abrange, de forma integrada, serviços civis, estruturais, cobertura, vedações, revestimentos, pisos, esquadrias, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, exaustão, gases medicinais, lógica, CFTV, SPDA, prevenção e combate a incêndio, acabamentos, testes, comissionamentos, limpeza final e demais providências necessárias à entrega completa do objeto, conforme os anexos e documentos técnicos do processo.

2.3. Para todos os fins deste certame, a contratação qualifica-se como obra de engenharia hospitalar complexa, em razão da natureza integrada das intervenções, da incidência sobre sistemas construtivos e prediais relevantes, da presença de instalações especiais e da necessidade de coordenação técnica multidisciplinar em ambiente hospitalar em funcionamento.

3. FINALIDADE PÚBLICA, NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação destina-se à requalificação física e funcional do Hospital Municipal de Rio Real/BA, com vistas à ampliação de sua capacidade assistencial, à reorganização de ambientes, à atualização de sistemas prediais críticos e à melhoria das condições técnicas de operação da unidade de saúde.

3.2. O interesse público subjacente reside na necessidade de ampliar a capacidade de resposta assistencial do Município, melhorar os fluxos internos, reduzir impropriedades funcionais, fortalecer a segurança operacional e entregar infraestrutura compatível com a prestação de serviços de saúde em unidade hospitalar de baixa complexidade, operando em regime de porta fechada.

3.3. O hospital permanecerá em funcionamento durante a execução da obra, ao menos de forma parcial e faseada, o que impõe condicionantes específicas de planejamento, setorização, isolamento, disciplina de interferências, controle ambiental da obra, fiscalização reforçada e tratamento rigoroso dos sistemas críticos.



4. REGIME DE EXECUÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E PRAZO

- 4.1. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.
- 4.2. O critério de julgamento será o de menor preço global.
- 4.3. O prazo de execução será de 18 (dezoito) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço.
- 4.4. A adoção da empreitada por preço unitário mostra-se tecnicamente adequada ao caso concreto, pois a natureza de reforma e ampliação sobre edificação existente, em hospital em funcionamento, exige controle quantitativo mais refinado, medição aderente ao efetivamente executado, rastreabilidade das frentes, disciplina de faseamento e maior correlação entre execução física e pagamento.
- 4.5. O critério de menor preço global preserva a unidade econômica da disputa, sem afastar a necessidade de análise rigorosa da planilha da licitante, da exequibilidade da proposta e da aderência entre quantitativos, composições, método executivo e preço ofertado.

5. CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1. O empreendimento é instruído por conjunto técnico composto por projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento sintético, orçamento analítico, memorial de cálculo, curvas ABC de serviços e de insumos, cronograma físico-financeiro, matriz de riscos e documentos complementares da fase preparatória.
- 5.2. A solução adotada consiste na execução integrada da reforma e ampliação da unidade hospitalar, com responsabilização central da contratada pela entrega física e funcional do empreendimento, sem fragmentação em múltiplos contratos autônomos, preservada a admissibilidade de subcontratação parcial e controlada de parcelas acessórias ou especializadas.
- 5.3. Não integra o escopo da presente contratação qualquer fornecimento, instalação, teste ou comissionamento de elevador, nem poderá o item ser exigido para fins de habilitação técnica, por não compor o objeto efetivamente orçado e licitado.

6. ESCOPO TÉCNICO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O escopo do empreendimento compreende, em síntese:
 - 6.1.1. serviços iniciais, demolições, remoções, limpeza, preparação do local e adequações preliminares;
 - 6.1.2. implantação e manutenção de canteiro, tapumes, isolamentos, instalações provisórias e proteções;
 - 6.1.3. serviços estruturais, concretagens, lajes e elementos correlatos;
 - 6.1.4. estrutura metálica e cobertura, inclusive telhamento termoacústico;
 - 6.1.5. alvenarias, chapisco, emboço, reboco, massa única e demais revestimentos;
 - 6.1.6. pisos, contrap pisos, granilite, concretos e acabamentos correlatos;
 - 6.1.7. esquadrias, portas, ferragens, vidros e elementos metálicos, inclusive portas com proteção radiológica e visores plumbíferos, quando previstos nos projetos e planilhas;
 - 6.1.8. instalações elétricas, alimentação, distribuição, cabeamento e infraestrutura associada;
 - 6.1.9. instalações hidrossanitárias e drenagem;
 - 6.1.10. climatização, exaustão e sistemas mecânicos correlatos;
 - 6.1.11. gases medicinais, vácuo e elementos correlatos;
 - 6.1.12. lógica, CFTV e cabeamento estruturado;
 - 6.1.13. SPDA, prevenção e combate a incêndio;
 - 6.1.14. acabamentos finais, testes, comissionamentos, limpeza final e demais providências necessárias à entrega completa do objeto.
- 6.2. As curvas ABC, o orçamento e o memorial de cálculo confirmam a relevância material de cobertura termoacústica, estrutura metálica, lajes, alvenaria, forros, cabeamento estruturado, instalações elétricas críticas, climatização, gases medicinais, blindagem radiológica, SPDA e sistema de prevenção e combate a incêndio.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO EM HOSPITAL EM FUNCIONAMENTO

- 7.1. A obra será executada concomitantemente ao funcionamento do Hospital Municipal de Rio Real/BA, motivo pelo qual a contratada deverá observar, obrigatoriamente:
 - 7.1.1. execução por fases e setores, vedada a abertura indiscriminada de frentes;



- 7.1.2. apresentação, antes do início das frentes críticas, de Plano de Faseamento da Execução, com delimitação setorial, sequência executiva, marcos de liberação, medidas de isolamento, janelas de intervenção e impactos operacionais esperados;
- 7.1.3. isolamento físico entre áreas em obra e áreas em funcionamento, por meio de barreiras compatíveis com o risco da intervenção;
- 7.1.4. controle permanente de poeira, ruído, vibração, resíduos, odores e interferências;
- 7.1.5. manutenção de acessos, rotas críticas, circulação assistencial e áreas de carga e apoio;
- 7.1.6. programação prévia de desligamentos, interdições e interferências sensíveis;
- 7.1.7. preservação da segurança assistencial, da salubridade, da continuidade operacional e da funcionalidade mínima dos setores em uso;
- 7.1.8. observância integral do Protocolo Técnico-Operacional de Execução em Hospital em Funcionamento, que integra a fase preparatória e vinculará a execução contratual.

7.2. Considera-se, para os fins do presente instrumento, que a unidade hospitalar opera em regime de porta fechada, recebendo pacientes encaminhados pela rede de saúde, sem dinâmica típica de pronto atendimento de demanda espontânea.

8. MAPA DE LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E INTERFACES REGULATÓRIAS

- 8.1. A fase preparatória e a futura execução deverão observar mapa formal de licenças, aprovações e autorizações, contendo, no mínimo, o ato ou licença aplicável, sua situação, o responsável pela providência, o momento procedimental e o impacto sobre a execução.
- 8.2. Deverão ser especialmente enfrentados, conforme o caso concreto: alvará ou autorização municipal de obra; aprovação de PPCI; exigências da vigilância sanitária; interfaces com concessionária de energia; eventual licenciamento ambiental ou formalização de dispensa; e documentos de responsabilidade técnica.
- 8.3. A existência de mapa de licenças não transfere automaticamente à contratada obrigações que sejam próprias da Administração, devendo a distribuição de responsabilidades observar a matriz de riscos, o edital e o contrato.

9. MEDIÇÃO, GLOSA, PAGAMENTO E RECEBIMENTO

- 9.1. A medição será vinculada aos quantitativos efetivamente executados, aferidos e aceitos pela fiscalização.
- 9.2. Será obrigatória a realização de, no mínimo, uma medição mensal, sem prejuízo de medições extraordinárias quando tecnicamente justificadas.
- 9.3. Não serão medidos serviços não executados, executados em desconformidade, sem possibilidade de verificação técnica, superavaliados em quantitativos, sujeitos a refazimento ou que tenham comprometido a operação hospitalar em desacordo com as orientações da fiscalização.
- 9.4. Serão passíveis de glosa total ou parcial os serviços com defeito, baixa qualidade, ausência de ensaio, ausência de rastreabilidade, inconformidade com os documentos técnicos, execução irregular em área crítica ou qualquer desconformidade material relevante.
- 9.5. O pagamento dependerá da aprovação da medição, da inexistência de pendências impeditivas e da observância das demais condições contratuais.
- 9.6. O recebimento provisório e o recebimento definitivo dependerão da verificação da conformidade física, documental, funcional e operacional do objeto, não se considerando satisfatória a mera conclusão material desacompanhada de desempenho validado dos sistemas críticos.

10. SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Será admitida subcontratação parcial e controlada apenas de parcelas acessórias, complementares ou especializadas, sem transferência de responsabilidade da contratada principal.
- 10.2. Não poderão ser subcontratadas as parcelas integrantes do núcleo central da execução, especialmente: coordenação geral da obra; gestão executiva das frentes em hospital ativo; parcelas utilizadas para fins de habilitação técnica; compatibilização executiva central; e demais parcelas qualificadas no edital como essenciais.
- 10.3. A subcontratação dependerá de prévia anuência da Administração e não afastará a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

11. EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

- 11.1. Será presumida a inexecuibilidade da proposta cujo valor global seja inferior a 75% do orçamento estimado.



- 11.2. Nessa hipótese, a licitante deverá comprovar, de forma robusta, objetiva e verificável, a factibilidade de sua proposta.
- 11.3. A comprovação de exequibilidade não poderá ser feita exclusivamente por planilhas produzidas unilateralmente pela própria licitante ou por simples declarações.
- 11.4. A licitante deverá apresentar, conforme o caso, memória de cálculo analítica, convenções coletivas e parâmetros setoriais de encargos sociais, cotações ou propostas de fornecedores, justificativas objetivas de produtividade, demonstração de logística e mobilização compatíveis, comprovação fática de disponibilidade operacional e demais documentos idôneos aptos a demonstrar a viabilidade econômica da oferta.

12. MATRIZ DE RISCOS E REEQUILÍBRIO

- 12.1. Constituirão riscos ordinários da contratada os eventos inerentes à execução, produtividade, perdas normais, métodos construtivos, logística, mobilização e demais riscos típicos de sua atividade.
- 12.2. Constituirão riscos da Administração as falhas, omissões ou insuficiências relevantes dos projetos, memoriais, especificações e planilhas por ela fornecidos, quando impactarem custo, prazo ou método executivo e não corresponderem a risco ordinário da contratada.
- 12.3. Os riscos de interface com a operação hospitalar deverão ser tratados mediante disciplina própria, faseamento, comunicação formal, cooperação técnica e observância do Protocolo Técnico-Operacional, sem descaracterização das responsabilidades principais de cada parte.
- 12.4. Verificada a ocorrência de evento alocado à Administração, caberá a adoção do instrumento jurídico adequado para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

13. GARANTIA DE PROPOSTA, GARANTIA DE EXECUÇÃO E INVERSÃO DE FASES

- 13.1. O edital exigirá garantia de proposta, em percentual e forma admitidos pela legislação, como mecanismo de seriedade da oferta e de proteção da estabilidade procedimental do certame.
- 13.2. Será exigida garantia de execução contratual, em percentual compatível com a legislação aplicável e com o vulto do empreendimento, como salvaguarda da regularidade da execução e mitigação do risco de inadimplemento.
- 13.3. Em razão da complexidade do objeto, da criticidade da execução e da necessidade de maior controle sobre os licitantes aptos à disputa, o certame adotará inversão de fases.
- 13.4. A medida não constitui limitação artificial da competição, mas mecanismo de governança procedimental voltado à filtragem de licitantes efetivamente aptos, à racionalização do certame e à redução do risco de propostas aventureiras.

14. OBRIGAÇÕES PRELIMINARES DE INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 14.1. Antes do início da obra, a contratada deverá apresentar plano de mobilização, plano de execução faseada, plano de interferência operacional, plano de segurança do trabalho, plano de gerenciamento de resíduos, cronograma executivo detalhado e relação da equipe técnica mobilizada.
- 14.2. Nenhuma frente sensível poderá ser iniciada sem validação prévia da fiscalização quanto à sua compatibilidade com a rotina hospitalar e com a segurança assistencial.
- 14.3. A contratada deverá manter registros, checklists, ensaios, testes, relatórios e demais evidências de conformidade sempre que exigíveis pela natureza do serviço ou pela fiscalização.

15. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 15.1. A execução será acompanhada por fiscalização designada pela Administração.
- 15.2. A fiscalização deverá ser exercida de forma multidisciplinar ou tecnicamente assistida por equipe multidisciplinar compatível com as disciplinas predominantes do objeto, notadamente nas áreas civil, elétrica, mecânica e operacional hospitalar.
- 15.3. A fiscalização terá poderes para inspecionar serviços, rejeitar itens desconformes, determinar correções, sustar atividades incompatíveis com a operação hospitalar, aferir medições e propor glosas e sanções.
- 15.4. A gestão contratual deverá assegurar aderência entre a execução física, a medição, o cronograma, os documentos técnicos e a matriz de riscos.

16. HABILITAÇÃO – DISPOSIÇÕES GERAIS E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 16.1. A licitante deverá comprovar capacidade jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira compatíveis com o objeto.



16.2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados de forma completa, organizada, identificada, legível e logicamente estruturada, com nomenclatura compatível com seu conteúdo e, sempre que possível, observando a sequência dos grupos de habilitação previstos neste instrumento.

16.3. A responsabilidade pela correta reunião, organização, ordenação, identificação e apresentação dos documentos de habilitação é exclusivamente do licitante, constituindo ônus próprio de quem pretende demonstrar o atendimento das exigências editalícias.

16.4. Não serão admitidos, como meio regular de comprovação de habilitação, conjuntos documentais apresentados de forma caótica, desordenada, fragmentada, sem identificação mínima, com arquivos genéricos, com conteúdo aleatório ou de difícil rastreabilidade, de modo a transferir à comissão, ao agente de contratação ou à equipe de apoio o encargo de procurar, selecionar, interpretar ou correlacionar documentos dispersos.

16.5. A comissão de contratação, o agente de contratação e a equipe de apoio não estão obrigados a garimpar documentos em arquivos soltos, pastas desorganizadas, documentos multifinais ou conjuntos não estruturados, nem a reconstruir a lógica interna da habilitação do licitante para, a partir disso, inferir o eventual atendimento de exigências editalícias.

16.6. O eventual saneamento ou a realização de diligência, quando juridicamente cabíveis, destinam-se exclusivamente a esclarecer dúvida objetiva, sanar falha formal, confirmar autenticidade, verificar informação ou complementar a comprovação de condição material preexistente à data própria, não se prestando a substituir o ônus do licitante de apresentar sua habilitação de forma clara, ordenada e inteligível.

16.7. A apresentação desorganizada dos documentos, quando comprometer a identificação objetiva do atendimento das exigências editalícias, ensejará a inabilitação do licitante, sem que disso decorra violação ao formalismo moderado, à competitividade ou à busca da proposta mais vantajosa.

16.8. Para os fins deste edital, considera-se insuficiente a mera existência material de documento em meio eletrônico ou arquivo global não estruturado, desacompanhado de apresentação minimamente apta a permitir sua localização, identificação, correlação com o requisito exigido e análise objetiva pela Administração.

CAPÍTULO I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.1. Para fins de habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

- a. registro comercial, no caso de empresário individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas alterações ou consolidação, no caso de sociedade empresária ou simples; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, quando aplicável; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, quando cabível; e
- c. decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando aplicável.

17.2. Os documentos deverão demonstrar que o objeto social da licitante é compatível com o objeto da contratação.

17.3. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

17.4. A vedação à participação em consórcio decorre da necessidade de preservação do comando executivo centralizado da obra, da forte interdependência entre frentes civis e sistemas especiais, da execução do objeto em unidade hospitalar em funcionamento, da necessidade de responsabilização contratual direta e unívoca e da conclusão técnica de que a subcontratação parcial controlada é suficiente para absorver especialidades acessórias sem fragmentar a governança da execução.

CAPÍTULO II – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

18.1. A licitante deverá apresentar:

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal e alvará de funcionamento dentro da validade;
- c. prova de regularidade perante a Fazenda Federal, a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- d. prova de regularidade perante o FGTS;
- e. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- f. declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e
- g. demais declarações exigidas pelo edital.



18.2. Considerando que a presente contratação possui valor estimado superior ao limite legal de receita bruta para enquadramento com fruição do tratamento favorecido, não se aplicam a este certame os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, permanecendo assegurada a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em regime de ampla concorrência, sem fruição dos benefícios específicos.

CAPÍTULO III – HABILITAÇÃO TÉCNICA

19.1. A habilitação técnica será modelada de forma compatível com a natureza de obra de engenharia hospitalar, com foco na capacidade real de entrega do objeto.

19.2. Não serão aceitos documentos genéricos, imprecisos, sem pertinência material ou incapazes de demonstrar a experiência da licitante e da equipe técnica em parcelas compatíveis com a contratação.

19.3. Para este certame, será utilizado o conceito de SIMILARIDADE, entendido como compatibilidade material entre o acervo apresentado e a natureza, complexidade, finalidade operacional, métodos predominantes e resultados técnicos das parcelas exigidas, não se restringindo à identidade literal de nomenclatura.

20. REGISTRO PROFISSIONAL DA LICITANTE E DA EQUIPE

20.1. A licitante deverá comprovar registro ativo e regular no conselho de classe competente, compatível com a natureza do objeto.

20.2. Os profissionais indicados para responsabilidade técnica também deverão comprovar registro ativo e regular no conselho de classe competente, compatível com as atribuições técnicas que assumirão na execução.

20.3. O edital não tratará o objeto de forma a admitir contornos que descaracterizem sua condição de obra de engenharia.

20.4. A licitante deverá indicar, no mínimo:

- a. 01 Engenheiro Civil,
- b. 01 Engenheiro Eletricista e
- c. 01 Engenheiro Mecânico com atribuições compatíveis com climatização e gases.

20.5. A comprovação de vínculo ou disponibilidade do profissional indicado poderá ocorrer por meio de documentação idônea que demonstre relação jurídica voltada à execução contratual, inclusive contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, vínculo societário ou anotação de cargo e função.

20.6. A licitante deverá apresentar declaração de ciência e compromisso assinada pelos profissionais indicados, atestando que concordam em assumir responsabilidade técnica na execução do objeto desta licitação.

21. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

21.1. A comprovação da capacidade técnico-profissional será feita mediante apresentação de atestado(s) em nome do(s) profissional(is), acompanhado(s) do competente registro no conselho de classe competente, comprovando experiência em parcelas de similaridade com o objeto licitado, dentro de suas áreas de atuação.

22. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

22.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.2. Os atestados deverão estar acompanhados do registro no conselho de classe competente, quando cabível.

22.3. A Administração exigirá comprovação mínima de 50% das parcelas de maior relevância financeira, sem prejuízo da exigência específica das parcelas de maior relevância técnica ou finalística.

23. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA FINANCEIRA

23.1. Para fins de habilitação técnico-operacional e técnico-profissional, constituem parcelas de maior relevância financeira:

- a) telhamento com telha metálica termoacústica: 1.191,75 m²;
- b) estrutura metálica de cobertura: 652,13 m²;
- c) laje pré-moldada unidirecional ou sistema equivalente de laje estrutural: 731,67 m²;
- d) alvenaria de vedação: 2.110,00 m²;
- e) forro de gesso acartonado: 1.597,88 m²;
- f) fornecimento e lançamento de cabo UTP categoria 6 ou superior: 7.236,41 m;



g) piso em granilite, granitina, marmorite ou sistema equivalente de desempenho: 1.700,30 m²;

h) concretagem estrutural com concreto FCK 30 MPa ou superior: 188,29 m³.

23.2. A curva ABC do empreendimento confirma a materialidade dessas parcelas, com destaque para estrutura metálica, laje pré-moldada, alvenaria, forros, concreto e cabeamento lógico.

24. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU FINALÍSTICA

24.1. Sem prejuízo das parcelas de maior relevância financeira, a licitante deverá comprovar experiência em sistemas, ambientes e soluções tecnicamente críticos, mediante execução pretérita, por similaridade, dos seguintes quantitativos e condições mínimas:

24.1.1. Intervenções em área ou edificação hospitalar: comprovação de experiência pretérita em execução de sistemas construtivos e prediais complexos, com instalações especiais e necessidade de coordenação técnica multidisciplinar em ambiente hospitalar com área mínima de 1.387,27 m².

24.1.2. Intervenções com hospital em funcionamento: comprovação de experiência pretérita em execução de sistemas construtivos e prediais complexos, com instalações especiais e necessidade de coordenação técnica multidisciplinar em ambiente hospitalar ativo.

24.1.3. Gases medicinais: comprovação de experiência pretérita, na execução e instalação de sistema de gases medicinais hospitalares, em empreendimento de saúde com área mínima de 1.387,27 m², contemplando, no mínimo, 31 tomadas de oxigênio, 31 tomadas de ar comprimido medicinal e 25 tomadas de vácuo, ou, alternativamente, 87 pontos terminais somados entre oxigênio, ar comprimido e vácuo.

24.1.3.1. A comprovação da experiência poderá decorrer de atestado(s) e respectivo(s) registro(s) no conselho de classe competente, ainda que a documentação técnica refira a área total da obra, do setor ou da unidade hospitalar em que o sistema foi executado, desde que fique demonstrada, de forma objetiva, a efetiva implantação ou instalação do sistema de gases medicinais.

24.1.3.2. Sempre que houver discriminação quantitativa da rede ou tubulação instalada, a Administração a considerará como elemento adicional de confirmação da experiência, sem que sua ausência literal, por si só, implique desatendimento, desde que os demais documentos comprovem de forma suficiente a execução do sistema.

24.1.4. Ambientes de diagnóstico por imagem: comprovação de experiência pretérita, por similaridade, na execução de ambientes destinados a diagnóstico por imagem com emissão de radiação, contemplando solução de blindagem radiológica compatível com salas de Raio-X e/ou Tomografia, mediante demonstração, no mínimo, de:

a) revestimento baritado: 72,45 m² ou aplicação de 4.636,8 kg de argamassa baritada;

b) portas com proteção radiológica: 2 unidades, em dimensões aproximadas ou equivalentes às previstas para ambientes de diagnóstico por imagem;

c) visor plumbífero: 1 unidade, em dimensão compatível com a finalidade de observação protegida em ambiente com emissão de radiação.

24.1.5. Central de Material e Esterilização – CME / Autoclave: comprovação de experiência pretérita em intervenção em ambientes hospitalares destinados à esterilização, contemplando implantação, adequação ou reforma de Central de Material e Esterilização – CME, com solução funcional compatível com autoclave, fluxo operacional de material limpo e contaminado e ambientes de apoio e passagem técnica compatíveis com a rotina de esterilização hospitalar.

24.1.6. Climatização e exaustão: execução de sistema de climatização e exaustão, contemplando, no mínimo, comprovação de execução de sistemas de exaustão em ambientes de saúde e 25 unidades de condicionadores de ar de 9.000 BTU/h, 18 unidades de condicionadores de ar de 12.000 BTU/h, 07 unidades de condicionadores de ar de 18.000 BTU/h e 19 unidades de condicionadores de ar de 24.000 BTU/h, ou, alternativamente, sistema de climatização com capacidade equivalente.

24.1.7. Instalações elétricas críticas: execução de instalações elétricas críticas, contemplando, no mínimo, 654,34 m de cabo EPR 95 mm², 387,60 m de cabo EPR 150 mm² e 2 nobreaks de 10 kVA ou superior.

24.1.8. Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA: execução de SPDA, contemplando, no mínimo, 5 descidas, 5 caixas de inspeção e 1 caixa de equipotencialização, admitidas soluções equivalentes de desempenho técnico.

24.1.9. Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio: execução de sistema de prevenção e combate a incêndio, contemplando, no mínimo, 127 detectores de fumaça ópticos endereçáveis ou equivalentes, 4 acionadores manuais ou equivalentes, 67 luminárias de emergência ou equivalentes, 1 abrigo para hidrante ou equivalente, 1 bomba de incêndio e 1 bomba jockey.



24.2. As parcelas de maior relevância técnica ou finalística previstas nesta cláusula serão aferidas não apenas pela identidade nominal do item, mas também pela demonstração de experiência materialmente compatível com a solução hospitalar exigida, considerada a criticidade funcional do sistema, o ambiente de aplicação e a complexidade executiva efetivamente envolvida.

25. VISITA TÉCNICA

25.1. O edital poderá prever visita técnica facultativa, mediante agendamento, para conhecimento das condições locais de execução.

25.2. A não realização da visita técnica não afastará a responsabilidade da licitante pela formulação de proposta compatível com o objeto e com as condições ordinariamente perceptíveis do local.

CAPÍTULO IV – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

26.1. A licitante deverá apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios já exigíveis, na forma da lei; memória de cálculo dos índices exigidos; certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; e os demais documentos previstos no edital.

26.2. A boa situação financeira da licitante será aferida, no mínimo, mediante os seguintes índices:

- a) Índice de Liquidez Geral – ILG $\geq 1,2$;
- b) Índice de Liquidez Corrente – ILC $\geq 1,2$;
- c) Índice de Solvência Geral – ISG $\geq 1,2$; e
- d) Índice de Endividamento Patrimonial – IEP $\leq 0,5$.

26.3. Tais parâmetros justificam-se pelo vulto do contrato, pelo prazo de 18 meses, pela execução em hospital ativo, pela necessidade de mobilização continuada e pelo risco de descontinuidade executiva em caso de fragilidade patrimonial ou excessiva alavancagem.

26.4. A licitante deverá comprovar capital social mínimo de 10% do valor do orçamento estimado, materialmente relacionado aos riscos da contratação.

27. PROJETO BÁSICO – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

27.1. O presente instrumento caracteriza, com precisão técnica suficiente, o objeto da futura contratação, delimitando o escopo, as frentes executivas, as condicionantes de execução, os documentos integrantes, o modelo de medição, os requisitos de habilitação e as obrigações essenciais das partes.

27.2. Integram este Projeto Básico, formando conjunto técnico único e vinculante: o projeto arquitetônico aprovado, o memorial descritivo, o orçamento sintético, o orçamento analítico, o memorial de cálculo, a curva ABC de serviços, a curva ABC de insumos, o cronograma físico-financeiro, a matriz de riscos, o Anexo I – Descritivo Técnico, o presente Anexo II e a futura minuta de contrato.

27.3. Eventuais divergências entre documentos deverão ser resolvidas de forma sistemática, priorizando-se a interpretação que preserve a coerência do escopo, a funcionalidade do empreendimento, a segurança da execução e a adequada alocação de riscos.

27.4. A metodologia executiva deverá ser compatível com ambiente hospitalar ativo e com a necessidade de coordenação entre múltiplas frentes, integrando, de forma coerente, faseamento, planejamento de desligamentos, controle ambiental da obra, segurança assistencial e medição de quantitativos efetivamente executados.

27.5. A execução, o recebimento e a avaliação de conformidade deverão considerar não apenas a conclusão material dos serviços, mas também a validação funcional dos sistemas críticos e a entrega final útil do empreendimento.

28. OBRIGAÇÕES BÁSICAS DA CONTRATADA

28.1. Executar integralmente o objeto conforme os anexos técnicos e as ordens da fiscalização.

28.2. Manter equipe, equipamentos, insumos e logística compatíveis com o porte da obra.

28.3. Cumprir o cronograma físico-financeiro e as diretrizes da fiscalização.

28.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o que for executado com vício, defeito ou desconformidade.

28.5. Preservar a segurança do trabalho e a segurança assistencial.

28.6. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros.



29. OBRIGAÇÕES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO

- 29.1. Disponibilizar os documentos técnicos da contratação.
- 29.2. Designar fiscalização e gestão contratual.
- 29.3. Deliberar sobre liberação de frentes, setorização e interferências operacionais.
- 29.4. Processar medições e pagamentos na forma contratual.
- 29.5. Formalizar, quando cabível, os ajustes decorrentes de risco alocado à sua esfera.

30. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 30.1. Este Anexo II reúne, em instrumento único, objeto, motivação, requisitos necessários, condições de execução, disciplina de medição, habilitação, orçamento, fiscalização e demais elementos essenciais à contratação.
- 30.2. O presente instrumento vincula-se ao Documento de Formalização da Demanda, ao Estudo Técnico Preliminar, ao Anexo I – Descritivo Técnico, ao edital e à futura minuta contratual, devendo todos os documentos ser interpretados de forma sistemática e coerente.

Rio Real/BA, 15 de maio de 2026.

Evaldo Almeida Moraes
Secretario Mun. de Obras e Serviços Urbanos

Márcio Barbosa dos Santos
Engenheiro Responsável
CREA/BA 051875274-7

André Luiz Ribeiro dos Santos
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL
RIO REAL
ESTADO DA BAHIA

PLANILHAS, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA
PLATAFORMA LICITANET.COM.BR OU
https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1



ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO N° _____/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO REAL E A EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE RIO REAL**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na _____, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____ residente _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____, representada neste ato pelo Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediado(a) na _____ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. / _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO REAL/BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 092/2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA-SESAB/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES-BA E O MUNICÍPIO DE RIO REAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. Descritivo Técnico
 - 1.2.4. Estudo Técnico Preliminar
 - 1.2.5. Demais documentos Técnicos integrantes do processo
 - 1.2.6. A Proposta do contratado;
 - 1.2.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Será permitida a subcontratação parcial e controlada de parcelas acessórias, complementares ou especializadas,



desde que previamente autorizada pela Administração, sem transferência da responsabilidade integral da contratada.

4.2. Permanecem vedadas a subcontratação do núcleo central da execução, da coordenação geral da obra, da gestão executiva das frentes em hospital em funcionamento e das parcelas utilizadas para fins de habilitação técnica.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (), conforme Anexo I deste Contrato.

5.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / .

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A exigência de Garantia para a referida execução será de 5% do valor inicial do contrato, conforme regras constantes nos art. 96, 97 e 98 da Lei n. 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. Moratória de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 4% a 5% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% a 4% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 3% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos



consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1 Gestão/Unidade:
- 13.1.2 Fonte de Recursos:
- 13.1.3 Programa de Trabalho:
- 13.1.4 Elemento de Despesa:
- 13.1.5 Plano Interno:
- 13.1.6 Nota de Empenho:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, a saber: _____, inscrita na matrícula sob o n. _____, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/21, conforme detalhado no Termo de Referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Real para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio Real, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE RIO REAL

_____- *Representante Legal*

CONTRATANTE

_____- *Representante Legal*
CONTRATADA



ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº_____/2026

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ/MF N.º_____, (ENDEREÇO COMPLETO)_____, neste ato representada pelo seu (Sócio/Representante Legal)_____, Estado Civil, nacionalidade, CPF_____, RG_____, endereço_____, autoriza o Sr.(a)_____, inscrito no CPF/MF sob onº_____, (apresentar o original), a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º_2026, a ser realizada na Prefeitura Municipal de RIO REAL, no dia __/__, respondendo, assim, pela representada, como seu mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em epígrafe.

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



ANEXO IV
PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

SESSÃO PÚBLICA: / ____ 20__, ÀS __H/____MIN. LOCAL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO		QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESTE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO, BEM COMO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO PROJETO, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA PREFEITURA DE RIO REAL, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____, EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº_____/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº, DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ (.....)¹.

.....
(DATA)

..... (REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____, EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

_____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº,
LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021,
QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO
NPREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL – **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /2026**

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

À

[NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE LICITANTE]

Ref.: **[Modalidade e nº da licitação]**

Objeto: **[Descrever o objeto da licitação]**

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE]**, inscrita no CNPJ sob nº **[•]**, com sede à **[endereço completo]**, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) **[nome]**, portador(a) do CPF nº **[•]**, DECLARA, para os devidos fins de participação no presente processo licitatório, que indica os profissionais abaixo relacionados para compor a equipe técnica responsável pela execução do objeto, caso venha a ser contratada:

Nº	Nome do Profissional	CPF	Registro Profissional/Conselho	Função na Equipe	Vínculo com a Empresa
01					Responsável Técnico
02					
03					

Declara, ainda, que os profissionais indicados possuem qualificação, experiência e disponibilidade compatíveis com as atividades a serem executadas, comprometendo-se a mantê-los durante a execução contratual, salvo substituição por outro profissional de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia comunicação e aprovação da Administração.

Declara também que a indicação da equipe técnica não implica, por si só, vínculo trabalhista obrigatório, podendo a comprovação do vínculo profissional ocorrer na forma permitida pelo edital, contrato social, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços, declaração de contratação futura ou outro meio admitido pela Administração.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

[Cidade/UF], [data].

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Razão Social da Licitante]

CNPJ nº [•]



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

À

[NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE LICITANTE]

Ref.: **[Modalidade e nº da licitação]**

Objeto: **[Descrever o objeto da licitação]**

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE]**, inscrita no CNPJ sob nº **[•]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) **[nome]**, portador(a) do CPF nº **[•]**, DECLARA, para os devidos fins de participação no processo licitatório em epígrafe, que a proposta apresentada é plenamente exequível e compatível com os custos necessários para a integral execução do objeto licitado, nos termos das exigências editalícias e contratuais.

Declara, ainda, que:

- a) os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transportes, equipamentos, seguros, tributos, despesas administrativas, lucro e demais despesas incidentes;
- b) possui pleno conhecimento das condições locais, técnicas, operacionais e administrativas relacionadas à execução contratual;
- c) assume inteira responsabilidade pela execução do objeto nos valores apresentados em sua proposta, comprometendo-se a cumprir integralmente todas as obrigações decorrentes da contratação;
- d) tem ciência de que eventual inexecuibilidade constatada poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das disposições do edital.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

[Cidade/UF], [data].

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Razão Social da Licitante]

CNPJ nº [•]